CLWP Brasil II Participações S.A.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
CLWP Brasil II Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CLWP Brasil II Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CLWP Brasil II Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 12 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 17.731.368/0001-22
NIRE N° 42 3 0004964 6
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da CLWP Brasil II Participações S.A. ("Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II ("Conjunto"). A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a exploração do Conjunto, o qual possui potência instalada de 361,2 MW e capacidade comercial de 192,5 MW médios e está localizado entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, Estado da Bahia, sendo composto por 11 Centrais Eólicas (Centrais).

Central Eólica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data de entrada em operação comercial
Campo Largo VIII	33,6	18,5	04.05.2021
Campo Largo IX	25,2	13,0	23.02.2021
Campo Largo X	33,6	18,5	05.03.2021
Campo Largo XI	16,8	8,7	02.09.2021
Campo Largo XII	54,6	27,6	02.09.2021
Campo Largo XIII	42	22,5	02.09.2021
Campo Largo XIV	21	12,0	31.03.2021
Campo Largo XVII	29,4	16,2	07.04.2021
Campo Largo XIX	33,6	17,9	21.05.2021
Campo Largo XX	37,8	20,6	25.06.2021
Campo Largo XXII	33,6	17,0	25.06.2021

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

O Conjunto Eólico Campo Largo II iniciou sua operação comercial durante o ano de 2021. Até o fim do período em análise, o Conjunto atingiu uma geração total bruta de 995,0 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, foi de 95,1%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

	Consolidado
Indicadores de resultado	**2021**
Receita operacional líquida	217.907
Lucro bruto	148.676
Margem bruta	68,2%
Resultado do serviço (Ebit)	146.546
Ebitda (Lajida)[1]	183.169
Margem Ebitda (Lajida)	84,1%
Resultado financeiro	(107.956)
Lucro líquido do exercício	38.590

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação e amortização

O resultado da Companhia decorre da entrada em operação comercial de suas subsidiárias em 2021, as quais destinaram sua energia ao mercado livre, por meio de contratos com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da CLWP Brasil II Participações S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 17.731.368/0001-22 | NIRE N° 42 3 0004964 6

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	21	21	384.352	319.159
Contas a receber de clientes	5	-	-	31.206	78
Dividendos a receber	7	7.495	-	-	-
Outros ativos circulantes		-	-	15.233	1.098
		7.516	**21**	**430.791**	**320.335**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	37.544	-
Outros ativos não circulantes		-	-	5.131	-
		-	**-**	**42.675**	**-**
Investimento	7	**675.825**	**629.926**	**-**	**-**
Imobilizado	8	**-**	**-**	**1.650.450**	**1.209.825**
Intangível		**4.378**	**4.378**	**4.378**	**7.694**
Direito de uso de arrendamentos	**12**	**-**	**-**	**27.914**	**17.160**
		680.203	**634.304**	**1.725.417**	**1.234.679**
TOTAL		**687.719**	**634.325**	**2.156.208**	**1.555.014**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ N° 17.731.368/0001-22 | NIRE N° 42 3 0004964 6
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	1	2	19.985	16.456
Dividendos	13	7.218	-	7.218	-
Financiamentos	11	-	-	79.712	22.207
Arrendamentos a pagar	12	-	-	2.346	1.839
Outros passivos circulantes		-	-	2.598	2.076
		7.219	**2**	**111.859**	**42.578**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	11	-	-	1.302.212	862.097
Arrendamentos a pagar	12	-	-	26.204	16.016
Provisão para desmobilização	8	-	-	35.433	-
		-	**-**	**1.363.849**	**878.113**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13**				
Capital social		657.326	642.521	657.326	642.521
Reservas de lucros		23.174	-	23.174	-
Prejuízos acumulados		-	(8.198)	-	(8.198)
		680.500	**634.323**	**680.500**	**634.323**
TOTAL		**687.719**	**634.325**	**2.156.208**	**1.555.014**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ N° 17.731.368/0001-22 | NIRE N° 42 3 0004964 6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**14**	**-**	**-**	**217.907**	**71**
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8/12	-	-	(36.623)	(2)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(17.497)	(1.626)
Serviços de terceiros		-	-	(7.994)	-
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(3.120)	-
Energia elétrica comprada		-	-	(739)	-
Outros		-	-	(3.258)	-
		-	**-**	**(69.231)**	**(1.628)**
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		**-**	**-**	**148.676**	**(1.557)**
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(209)	(162)	(2.130)	(1.814)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	38.801	(3.601)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**38.592**	**(3.763)**	**146.546**	**(3.371)**
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		-	-	9.709	-
Renda de depósitos vinculados		-	-	883	-
Juros e variação monetária sobre financiamentos	11	-	-	(114.691)	-
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	-	-	(1.980)	-
Juros sobre arrendamentos, líquido de PIS e Cofins	12	-	-	(1.541)	(10)
Outras despesas financeiras, líquidas		(2)	-	(336)	(382)
		(2)	**-**	**(107.956)**	**(392)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**38.590**	**(3.763)**	**38.590**	**(3.763)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**38.590**	**(3.763)**	**38.590**	**(3.763)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**38.590**	**(3.763)**	**38.590**	**(3.763)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ N° 17.731.368/0001-22 | NIRE N° 42 3 0004964 6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)		**232.709**	**-**	**-**	**(4.435)**	**228.274**
Aumento de capital		409.812	-	-	-	409.812
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.763)	(3.763)
Saldos em 31.12.2020	**13**	**642.521**	**-**	**-**	**(8.198)**	**634.323**
Aumento de capital		14.805	-	-	-	14.805
Lucro líquido do exercício		-	-	-	38.590	38.590
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	1.519	-	(1.519)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(7.218)	(7.218)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	21.655	(21.655)	-
Saldos em 31.12.2021	**13**	**657.326**	**1.519**	**21.655**	**-**	**680.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ N° 17.731.368/0001-22 | NIRE N° 42 3 0004964 6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	**38.590**	**(3.763)**	**38.590**	**(3.763)**
Conciliação do resultado com o caixa das operações:				
Resultado de participações societárias	(38.801)	3.601	-	-
Depreciação e amortização	-	-	36.623	2
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	114.691	-
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	-	-	1.980	-
Juros sobre arrendamentos, líquidos de PIS e Cofins	-	-	1.541	10
Renda de depósitos vinculados	-	-	(883)	-
Outros	-	-	(35)	28
Resultado ajustado	**(211)**	**(162)**	**192.507**	**(3.723)**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(31.128)	-
Outros ativos	-	920	(19.122)	(516)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(1)	(61)	2.268	705
Outros	-	(45)	501	857
Caixa (utilizado) gerado nas operações	**(212)**	**652**	**145.026**	**(2.677)**
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(18.321)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**(212)**	**652**	**126.705**	**(2.677)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	(14.593)	(410.475)	-	-
Aplicação no imobilizado	-	-	(381.210)	(942.487)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(14.593)**	**(410.475)**	**(381.210)**	**(942.487)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	14.805	409.812	14.805	409.812
Captação de financiamentos	-	-	368.856	855.168
Pagamento de financiamentos	-	-	(24.644)	-
Pagamento de arrendamentos	-	-	(2.658)	(1.352)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(36.661)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**14.805**	**409.812**	**319.698**	**1.263.628**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**(11)**	**65.193**	**318.464**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	21	32	319.159	695
Saldo final	21	21	384.352	319.159
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**(11)**	**65.193**	**318.464**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 19 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Brasil II Participações S.A. ("Companhia" ou "CLWP Brasil II"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 11.03.2013, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Atualmente, a CLWP Brasil II é controladora das seguintes empresas (em conjunto denominadas Conjunto Eólico Campo Largo II), as quais tiveram sua autorização para início de operação comercial outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao longo de 2021:

Empresa	Projeto Eólico	Capacidade Instalada (MW)[1]	Garantia física (MW médios)	Participação no capital integralizado e votante (%)	
				31.12.2021	31.12.2020
CLWP Eólica Parque VIII S.A.	CLWP VIII	33,6	18,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque IX S.A.	CLWP IX	25,2	13,0	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque X S.A.	CLWP X	33,6	18,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XI S.A.	CLWP XI	16,8	8,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XII S.A.	CLWP XII	54,6	27,6	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XIII S.A.	CLWP XIII	42,0	22,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XIV S.A.	CLWP XIV	21,0	12,0	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XVII S.A.	CLWP XVII	29,4	16,2	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XIX S.A.	CLWP XIX	33,6	17,9	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XX S.A.	CLWP XX	37,8	20,6	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XXII S.A.	CLWP XXII	33,6	17,0	99,99	99,99

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

As controladas da Companhia compõem o Consórcio Campo Largo II, o qual é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada em suas operações. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 12.04.2022.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora, CLWP Brasil II, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) perspectiva de lucros nos exercícios futuros. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

d) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

e) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

f) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

j) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

k) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro real, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

m) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo II (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

n) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

o) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n°17 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

p) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19			
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC n° 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	31.12.2021	**31.12.2020**
Caixa e depósitos bancários à vista	3.177	813
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	381.175	318.346
	384.352	**319.159**

A Companhia e suas controladas são participantes do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 31.206 (R$ 78 em 31.12.2020) correspondem, substancialmente, a contratos firmados pelas subsidiárias da Companhia com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimentos em 2039, sendo seus reajustes feitos anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha, no consolidado, R$ 37.544 relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamentos. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 – INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora							
	Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2020	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2021
CLWP VIII	**18.474**	47.790	(187)	**66.077**	-	(358)	2.127	**67.846**
CLWP IX	**13.681**	24.884	(401)	**38.164**	460	(474)	2.823	**40.973**
CLWP X	**18.395**	50.112	(597)	**67.910**	-	(904)	4.852	**71.858**
CLWP XI	**17.432**	16.768	(140)	**34.060**	-	(526)	2.773	**36.307**
CLWP XII	**27.387**	41.184	(286)	**68.285**	10.173	(2.611)	11.742	**87.589**
CLWP XIII	**23.825**	30.136	(233)	**53.728**	3.960	(1.794)	8.236	**64.130**
CLWP XIV	**16.185**	29.985	(398)	**45.772**	-	(351)	2.312	**47.733**
CLWP XVII	**18.519**	31.398	(414)	**49.503**	-	(52)	1.073	**50.524**
CLWP XIX	**20.216**	55.913	(411)	**75.718**	-	-	369	**76.087**
CLWP XX	**25.222**	50.306	(345)	**75.183**	-	(425)	2.583	**77.341**
CLWP XXII	**23.716**	31.999	(189)	**55.526**	-	-	(89)	**55.437**
	223.052	**410.475**	**(3.601)**	**629.926**	**14.593**	**(7.495)**	**38.801**	**675.825**

b) Informação das subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2021

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício	Participação (%)
CLWP VIII	66.698	205.168	137.322	67.846	19.465	2.127	99,99
CLWP IX	39.451	144.202	103.229	40.973	19.294	2.823	99,99
CLWP X	68.955	204.214	132.356	71.858	24.655	4.852	99,99
CLWP XI	34.617	109.683	73.376	36.307	8.835	2.773	99,99
CLWP XII	79.207	296.919	209.330	87.589	34.615	11.742	99,99
CLWP XIII	58.370	234.563	170.433	64.130	22.348	8.236	99,99
CLWP XIV	46.607	139.088	91.355	47.733	14.884	2.312	99,99
CLWP XVII	50.358	184.275	133.751	50.524	19.234	1.073	99,99
CLWP XIX	76.574	200.271	124.184	76.087	16.817	369	99,99
CLWP XX	75.976	232.657	155.316	77.341	20.765	2.583	99,99
CLWP XXII	56.171	200.768	145.331	55.437	16.996	(89)	99,99

NOTA 8 – IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,8%	1.613.832	(34.863)	1.578.969	-
Edificações e benfeitorias	3,3%	72.866	(1.385)	71.481	-
		1.686.698	**(36.248)**	**1.650.450**	**-**
Em curso		**-**	**-**	**-**	**1.209.825**
		1.686.698	**(36.248)**	**1.650.450**	**1.209.825**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	**-**	**-**	**223.736**	**223.736**
Ingressos	-	-	955.289	955.289
Juros, V.M. e deprec. capitalizados	-	-	30.800	30.800
Saldos em 31.12.2020	**-**	**-**	**1.209.825**	**1.209.825**
Ingressos	-	-	385.787	385.787
Provisão para desmobilização	-	-	33.453	33.453
Juros, V.M. e deprec. capitalizados	-	-	57.633	57.633
Transferências	1.613.832	72.866	(1.686.698)	-
Depreciação	(34.863)	(1.385)	-	(36.248)
Saldos em 31.12.2021	**1.578.969**	**71.481**	**-**	**1.650.450**

c) Provisão para desmobilização

Em 2021, as controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi entre 4,43% e 5,08%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2021 era de R$ 35.433. No exercício de 2021 foram reconhecidos juros e variação monetária de R$ 1.980 no resultado.

d) Autorizações das eólicas

As controladas da Companhia são detentoras de autorização para exploração das centrais eólicas que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II, com capacidade instalada de 361,2 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 12.2019.

NOTA 9 – FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	16.949	15.688
Encargos de uso da rede elétrica	1.822	765
Fornecedores de materiais e serviços	899	3
Energia elétrica comprada	315	-
	19.985	**16.456**

NOTA 10 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2021**	**2022**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível na taxa de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2021	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	1.381.924	69.007	(17.257)	10.541

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	1.381.924	884.304
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(37.544)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(384.352)	(319.159)
Dívida líquida	**960.028**	**565.145**
Patrimônio líquido	**680.500**	**634.323**
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	**1,4**	**0,9**

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ECV, controlada da ENGIE, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	19.985	-	-	-	19.985
Financiamento	133.060	256.478	243.352	1.271.404	1.904.294
	153.045	**256.478**	**243.352**	**1.271.404**	**1.924.279**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	-	381.175	318.346
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	21	21	3.177	813
Contas a receber de clientes	-	-	31.206	78
Depósitos vinculados	-	-	37.544	-
	21	**21**	**453.102**	**319.237**
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	1	2	19.985	16.456
Financiamento	-	-	1.381.924	884.304
	1	**2**	**1.401.909**	**900.760**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS

a) Mutação dos financiamentos

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	855.168	855.168
Juros e V.M. capitalizados	12.517	16.619	29.136
Transferências	9.690	(9.690)	-
Saldos em 31.12.2020	**22.207**	**862.097**	**884.304**
Ingressos	2.386	366.470	368.856
Juros e V.M.	(1.520)	116.211	114.691
Juros e V.M. capitalizados	57.038	-	57.038
Transferências	42.566	(42.566)	-
Amortização do principal	(24.644)	-	(24.644)
Amortização de juros	(18.321)	-	(18.321)
Saldos em 31.12.2021	**79.712**	**1.302.212**	**1.381.924**

b) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

Consolidado	Valor
2023	76.622
2024	76.622
2025	76.622
2026	76.622
2027	76.622
2028 a 2032	383.107
2033 a 2035	535.995
	1.302.212

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	**Vencimento**	**Principal e encargos**
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	12.2039	Mensais, a partir de setembro de 2021

d) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (a) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; (b) cessão fiduciária dos recebíveis e direitos emergentes da autorização; (c) contas reserva do serviço da dívida e O&M; (d) fiança corporativa da ENGIE e de sua controladora CLWP Brasil II Participações S.A.; (e) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (f) pagamento de dividendos limitados até o atendimento de determinadas condições.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

O compromisso estabelecido nos contratos de financiamentos com o BNDES corresponde ao Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") ≥ 1,30. A apuração deste *covenant* ocorrerá a partir do exercício de 2022.

NOTA 12 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento dos terrenos nos quais estão instalados seus parques eólicos, cujas vigências dos contratos são até 2063.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31.12.2019 (não auditado)	**11.693**
Remensuração	5.777
Depreciação capitalizada	(308)
Depreciação	(2)
Saldo em 31.12.2020	**17.160**
Remensuração	11.239
Depreciação capitalizada	(110)
Depreciação	(375)
Saldo em 31.12.2021	**27.914**

b) Arrendamentos a pagar

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	**1.257**	**10.807**	**12.064**
Remensuração	-	5.777	5.777
Juros capitalizados	1.356	-	1.356
Juros	10	-	10
Transferências	568	(568)	-
Amortizações	(1.352)	-	(1.352)
Saldos em 31.12.2020	**1.839**	**16.016**	**17.855**
Remensuração	659	10.580	11.239
Juros capitalizados	485	-	485
Juros	1.629	-	1.629
Transferências	392	(392)	-
Amortizações	(2.658)	-	(2.658)
Saldos em 31.12.2021	**2.346**	**26.204**	**28.550**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,4% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2023	2.517
2024	2.281
2025	2.067
2026	1.873
2027	1.697
2028 a 2032	6.375
2033 a 2037	3.894
2038 em diante	5.500
Arrendamentos a pagar	**26.204**

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R$ 657.326 (R$ 642.521 em 31.12.2020), representado por 657.326.469 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 657.326.468 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e 1 pertence à ENGIE.

b) Reservas legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2021, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 21.655 do lucro do exercício de 2021 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos do exercício de 2021 está apresentada a seguir:

	31.12.2021
Base de cálculo dos dividendos ajustada	
Lucro líquido do exercício	38.590
Absorção de prejuízos	(8.198)
Reserva legal	(1.519)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**28.873**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.218
Total dos dividendos anuais	**7.218**

NOTA 14 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	205.180	-
Transações no mercado de curto prazo	34.938	78
	240.118	**78**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(22.211)	(7)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**217.907**	**71**

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Consolidado	
	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**38.590**	**38.590**
Alíquota nominal	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(9.648)**	**(3.473)**
Diferenças permanentes		
Depreciação incentivada	9.648	3.473
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**-**	**-**

Em 2020, a Companhia apresentou prejuízo, não tendo apurado tributos.

NOTA 16 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R$ 655.282.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos de operação e manutenção, vigente até 2042. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R$ 343.450.

NOTA 17 – SEGUROS

Em 2021, em virtude da entrada em operação dos parques pertencentes ao Conjunto Eólico Campo Largo II, foi contratada apólice de riscos operacionais, abrangendo danos materiais e lucros cessantes, nos montantes de R$ 1.393.181 e R$ 397.012, respectivamente. A vigência da apólice era até 19.03.2022. Após essa data, o Conjunto Eólico Campo Largo II passará a participar da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2021 foi de R$ 1.517 (R$ 1.439 em 31.12.2020).

b) Venda de energia entre partes relacionadas

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro destes contratos em 31.12.2021 é de R$ 9.692.073. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 14 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 19 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para desmobilização	33.453	-
Fornecedores de imobilizado	1.261	12.802
Remensuração de arrendamentos	11.239	5.777
Juros e variação monetária de financiamentos capitalizados	57.038	29.136
Juros e depreciação de arrendamentos capitalizados	595	1.664

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da CLWP Brasil II Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Executivo

Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretor Administrativo e Financeiro

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC